



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO

**Processo nº (a):** 13.201/11.

**Origem:** Região Administrativa IX – Ceilândia.

**Assunto:** Tomada de Contas Especial - TCE.

**Ementa:** TCE. Contrato nº 13/11, firmado entre a Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e SWOT Serviços de festa e Eventos Ltda. Prestação de serviço de organização de eventos. Exercício de 2011. Citação. Decisão nº 1.812/19. Defesa considerada parcialmente procedente. Aplicação de multa. Recurso de Reconsideração. Provimento Parcial. Manutenção da multa. Não recolhimento da multa e débito. Envio da documentação à PGDF para cobrança judicial da multa.

Nesta fase: não recolhimento do débito. Julgamento das contas.

Unidade Técnica pela irregularidade das contas e notificação para recolhimento do débito.

Ministério Público aquiesce.

Voto convergente.

## **RELATÓRIO**

Tratam os autos originalmente da análise do Contrato nº 13/11, firmado entre a Administração Regional de Ceilândia e a empresa SWOT Serviços de Festas e Eventos Ltda., para prestação de serviços de organização de eventos no exercício de 2011, no valor total de R\$ 3.837.050,00 (fls. 05/06). O Contrato foi derivado do Pregão Eletrônico nº 009/10 e do Registro de Preços nº 03/10, levado a efeito pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

Em sua última manifestação, o Tribunal negou conhecimento aos Embargos de Declaração opostos pelo o Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, por meio da Decisão 3.895/20.

Transcorrido o prazo para recolhimento da multa, verificou-se a não comprovação. Dessa maneira, foi encaminhada ao MPJTCDF documentação para cobrança judicial da dívida, conforme informado no Ofício nº 78/2021 – SECONT (e-Doc E5C848F9, peça 140). O *parquet*, por sua vez, encaminhou a documentação para a PGDF para as providências cabíveis (OFÍCIO Nº 124/2021- MPC/PG, e-Doc AF5B43F1, peça 142).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO

Nesse momento, o Corpo Técnico manifesta-se na Informação nº 52/2021 – SECONT/3ªDICON, reproduzida a seguir:

8. Nesse contexto, no que tange à aplicação de multa ao Sr. Aridelson, não restam providências a serem adotadas por esta Corte.

9. Todavia, em razão do processamento da multa ter se dado nestes autos e em outra unidade do Tribunal, as demais providências em relação ao prejuízo ficaram paralisadas até o momento<sup>1</sup>.

10. Deste modo, uma vez que a empresa Swot Serviços de Festas e Eventos Ltda. foi devidamente cientificada da Decisão 1812/2019, em agosto de 2019, e até o momento não houve o recolhimento do débito, pode o Tribunal julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “d”, da LC 1/1994, irregulares as contas, em razão de superfaturamento no Contrato 13/2011, notificando-a, na forma do art. 26 da referida Lei Complementar, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o montante de R\$ 3.037.719,29 (até 4/3/2021, que deverá ser atualizado na data de pagamento), bem como autorizar a imediata aplicação do art. 29 da LC referida, em caso de não recolhimento:

TCDF - SINDEC - Débitos e Multas. Exportação realizada em 4/3/2021 às 15:55:24

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Juros	Data C. M.	C. Monetária	Multa	Juros até 2019	Juros após 2019	Valor Corrigido
10/10/2018	R\$ 2.697.399,91	13201/2011 - TCE		04/03/2021	R\$ 340.319,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.037.719,29
TOTAL					R\$ 340.319,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.037.719,29

Em face do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I tome conhecimento do envio de documentação, relativa à multa aplicada nestes autos, à PGDF para cobrança judicial (OFÍCIO Nº 124/2021- MPC/PG, e-Doc [AF5B43F1](#), peça 142);
- II julgue IRREGULARES, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “d”, da LC 1/1994, as contas da empresa Swot Serviços de Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 10.359.163/0001-19), notificando-a, na forma do art. 26 da referida Lei Complementar, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o montante de R\$ 3.037.719,29, atualizado até 4/3/2021, em razão de superfaturamento no Contrato 13/2011, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar 1/1994, caso não efetuado o pagamento;
- III autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis.

<sup>1</sup> Na Informação 106/2016-3ª Diacom (fls. 62/71, e-Doc [B231E378](#)) foi sugerida a autuação de autos apartados para o acompanhamento da multa sugerida, o que traria maior celeridade ao processamento do ressarcimento ao erário.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Em seguida, o MPjTCDF teceu suas considerações por meio do Parecer nº 212/21, aquiescendo aos termos sugeridos pela Unidade Técnica.

É o Relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO

**VOTO**

Tratam os autos originalmente da análise do Contrato nº 13/11, firmado entre a Administração Regional de Ceilândia e a empresa SWOT Serviços de Festas e Eventos Ltda., para prestação de serviços de organização de eventos no exercício de 2011, no valor total de R\$ 3.837.050,00 (fls. 05/06). O Contrato foi derivado do Pregão Eletrônico nº 009/10 e do Registro de Preços nº 03/10, levado a efeito pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

Em sua última manifestação, o Tribunal negou conhecimento aos Embargos de Declaração opostos pelo o Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, por meio da Decisão 3.895/20.

Transcorrido o prazo para recolhimento da multa, verificou-se a não comprovação. Dessa maneira, foi encaminhada ao MPJTCDF documentação para cobrança judicial da dívida, conforme informado no Ofício nº 78/2021 – SECONT (e-Doc E5C848F9, peça 140). O *parquet*, por sua vez, encaminhou a documentação para a PGDF para as providências cabíveis (OFÍCIO Nº 124/2021- MPC/PG, e-Doc AF5B43F1, peça 142).

Nesse momento, o Corpo Técnico manifesta-se na Informação nº 52/2021 – SECONT/3ªDICONTE, julgue irregulares as contas da empresa Swot Serviços de Festas e Eventos Ltda, notificando-a, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o débito que lhe foi imputado.

O MPJTCDF acompanha aos termos sugeridos pela Unidade Técnica.

Diante do exposto, em harmonia com o Corpo Técnico e com o MPJTCDF, VOTO, no sentido que o e. Plenário:

- I - tome conhecimento do envio de documentação, relativa à multa aplicada nestes autos, à PGDF para cobrança judicial (OFÍCIO Nº 124/2021- MPC/PG, e-Doc [AF5B43F1](#), peça 142);
- II - julgue IRREGULARES, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “d”, da LC 1/1994, as contas da empresa Swot Serviços de Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 10.359.163/0001-19), notificando-a, na forma do art. 26 da referida Lei Complementar, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o montante de R\$ 3.037.719,29, atualizado até 04.03.21, em razão em razão de superfaturamento no Contrato 13/2011, autorizando,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO**

desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar 1/1994, caso não efetuado o pagamento;

- III - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2021.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora